

# EDP Transmissão Goiás S.A.

## CNPJ/ME nº 07.779.299/0001-73



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

**Senhores Acionistas:**  
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)							
	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	74.750	640.437	Fornecedores	18	30.681	19.426
Disponibilidade da rede elétrica	6	54.261	38.636	Debêntures	20	69.476	98.672
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	4.257	1.584	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21	11.170	11.990
Outros tributos compensáveis	7	8.563	10.755	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7	184	9.772
Estoques	10	7.257	12.728	Outros tributos a recolher	7	21.078	19.754
Ativos da concessão	12	312.221	248.487	Tributos diferidos	8	28.846	21.063
Parcela de ajuste	14	42.655		Dividendos	19	65.560	521.041
Outros créditos	13	20.894	12.635	Encargos Setoriais	23	2.881	3.131
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>524.858</b>	<b>965.262</b>	Provisões	24	6.723	5.636
<b>Não circulante</b>				Parcela de ajuste	14	14.397	8.009
Cauções e depósitos vinculados	11	15.080	13.716	Outras contas a pagar	13	10.248	9.234
Ativos da concessão	12	1.624.106	1.506.019	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>261.244</b>	<b>727.728</b>
Parcela de ajuste	14	99.373		<b>Não circulante</b>			
Outros créditos	13	158	311	Debêntures	20	479.236	447.975
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>1.738.717</b>	<b>1.520.046</b>	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21	53.308	62.951
Investimentos		532	532	PIS e COFINS diferidos	8	153.384	131.825
Propriedades para investimentos	17	18.599	40.208	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	460.922	355.455
Imobilizado	15	17.050	16.699	Encargos Setoriais	23	1.019	2.273
Intangível	16	8.971	8.202	Provisões	24	11.736	8.488
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>45.152</b>	<b>65.641</b>	Parcela de ajuste	14	9.905	4.773
		<b>1.783.869</b>	<b>1.585.687</b>	Outras contas a pagar	13	6.036	3.955
				<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>1.175.546</b>	<b>1.017.695</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		<b>2.308.727</b>	<b>2.550.949</b>	Capital social	25.1	520.750	328.750
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Reservas de lucros	25.3	351.122	476.872
				Outros resultados abrangentes	25.4	83	(78)
				Ações em tesouraria		(18)	(18)
				<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>871.937</b>	<b>805.526</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
						<b>2.308.727</b>	<b>2.550.949</b>

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)							
	Nota	2024	2023		Capital social	Reservas de lucros	Total
<b>Receitas</b>				<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>			
<b>Custos</b>	26	<b>681.728</b>	<b>541.922</b>	Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2023	328.750	843.286	- 1.171.910
Custo de operação		(68.878)	(49.469)	Reservas de capital		(61.810)	(61.810)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(141.043)	(175.575)	Lucro líquido do exercício		(452.726)	(452.726)
<b>Lucro bruto</b>	27	<b>(209.921)</b>	<b>(225.044)</b>	Destinação do lucro			228.492
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	28	<b>471.807</b>	<b>316.878</b>	Constituição de reserva legal		11.425	(11.425)
Despesas com vendas			(148)	Reserva de Dividendos a Deliberar			(18)
Despesas gerais e administrativas		(5.549)	(21.927)	Dividendo adicional proposto		136.697	(136.697)
Outras despesas e receitas operacionais		(9.484)	140	Dividendos intermediários (JSCP)			(80.370)
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>		<b>(15.033)</b>	<b>(21.935)</b>	Outros resultados abrangentes			
<b>Resultado financeiro</b>	29	<b>456.774</b>	<b>294.943</b>	Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			73
Receitas financeiras		13.231	20.677	Imposto de renda e contribuição social diferidos			(25)
Despesas financeiras		(76.377)	(10.624)	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>328.750</b>	<b>476.872</b>	<b>(18)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o Lucro</b>		<b>(63.146)</b>	<b>10.053</b>				<b>(78)</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	30	<b>393.628</b>	<b>304.996</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(12.197)	(22.848)	Aumento de capital - AGO de 30/12/2024	328.750	476.872	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(105.386)	(53.656)	Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2024	192.000	(192.000)	805.526
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>(117.583)</b>	<b>(76.504)</b>	Lucro líquido do exercício		(136.697)	(136.697)
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	31	<b>276.045</b>	<b>228.492</b>	Destinação do lucro			276.045
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)				Constituição de reserva legal		13.803	(13.803)
ON		16,74393	13,85953	Dividendo adicional proposto		189.144	(189.144)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Dividendos intermediários (JSCP)			(50.241)
				Dividendos complementares obrigatórios			(22.857)
				Outros resultados abrangentes			
				Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			242
				Imposto de renda e contribuição social diferidos			(81)
				<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>520.750</b>	<b>351.122</b>	<b>(18)</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							<b>83</b>
							<b>- 871.937</b>

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)							
	2024	2023					
<b>Lucro líquido do exercício</b>				<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Outros resultados abrangentes	276.045	228.492		Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		393.628	304.996
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado</b>				<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	242	73		PIS e COFINS diferidos		31.072	(12.674)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(81)	(25)		Remuneração do ativo financeiro indenizável		(289.006)	(251.456)
	<b>161</b>	<b>48</b>		Depreciações e amortizações		3.452	(139)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>276.206</b>	<b>228.540</b>		Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		4.777	(1.291)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos		72.609	7.372
				Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		266	206
				Provisão para plano de benefícios pós-emprego		20	31
				Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		4.027	2.982
				Provisões para licenças ambientais - atualização monetária		320	1.895
				Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		1.763	1.026
				Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(4.650)	(1.424)
				Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(139)	(161)
						<b>218.139</b>	<b>51.363</b>
				<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
				Disponibilidade da rede elétrica		(15.625)	(7.949)
				Ativos da concessão		246.499	201.067
				Outros tributos compensáveis		(5.483)	(7.561)
				Estoques		694	(13.539)
				Cauções e depósitos vinculados		(595)	(179)
				Parcela de ajuste		(142.028)	
				Outros ativos operacionais		(9.366)	1.849
						<b>74.102</b>	<b>173.688</b>
				<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
				Fornecedores		11.255	(6.187)
				Outros tributos a recolher		(4.375)	(7.397)
				Benefícios pós-emprego		(5)	(175)
				Encargos setoriais		(2.013)	(4.126)
				Provisões		(12)	(769)
				Parcela de ajuste		11.520	5.321
				Outros passivos operacionais		4.517	2.307
						<b>20.887</b>	<b>(11.026)</b>
				<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>313.128</b>	<b>214.025</b>
				Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.480)	(15.888)
				<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>294.648</b>	<b>198.137</b>
				<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
				Adições aos Ativos da concessão		(141.043)	(175.575)
				Adições ao Imobilizado e Intangível		(4.939)	(13.884)
				Alienação de bens e direitos		21.609	11.000
				<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(124.373)</b>	<b>(178.459)</b>
				<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
				Cauções e depósitos vinculados		3.881	145
				Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(657.738)	(122.979)
				Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		(70.264)	546.282
				Amortização do principal de empréstimos, financiamentos		(10.743)	(10.744)
				Pagamentos de encargos de dívidas		(1.098)	(690)
				Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos			
				<b>Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades de financiamento</b>	33.1	<b>(735.962)</b>	<b>404.867</b>
				<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(565.687)</b>	<b>424.545</b>
				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		74.750	640.437
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		640.437	215.892
						<b>(565.687)</b>	<b>424.545</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)							
	2024	2023					
<b>Geração do valor adicionado</b>				<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Receita operacional	791.325	638.546		Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		393.628	304.996
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	383.613	150.567		<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Receita relativa à construção de ativos próprios		(148)		PIS e COFINS diferidos		31.072	(12.674)
Receita de Construção	2.273	8.996		Remuneração do ativo financeiro indenizável		(289.006)	(251.456)
Atualização dos Ativos da concessão	161.355	265.414		Depreciações e amortizações		3.452	(139)
Outras Receitas	233.716	211.299		Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		4.777	(1.291)
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(193.400)</b>	<b>(215.460)</b>		Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos		72.609	7.372
Materiais	(2.225)	(2.441)		Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		266	206
Serviços de terceiros	(26.726)	(22.693)		Provisão para plano de benefícios pós-emprego		20	31
Custo com construção da infraestrutura	(143.316)	(184.571)		Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		4.027	2.982
Outros custos operacionais	(21.133)	(5.755)		Provisões para licenças ambientais - atualização monetária		320	1.895
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>597.925</b>	<b>423.086</b>		Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		1.763	1.026
<b>Retenções</b>				Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(4.650)	(1.424)
Depreciações e amortizações	(3.452)	139		Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(139)	(161)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>594.473</b>	<b>423.225</b>				<b>218.139</b>	<b>51.363</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
Receitas financeiras	13.907	21.694		Disponibilidade da rede elétrica		(15.625)	(7.949)
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>608.380</b>	<b>444.919</b>		Ativos da concessão		246.499	201.067
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				Outros tributos compensáveis		(5.483)	(7.561)
Pessoal				Estoques		694	(13.539)
Remuneração direta	27.743	28.975		Cauções e depósitos vinculados		(595)	(179)
Benefícios	5.769	5.102		Parcela de ajuste		(142.028)	
FGTS	1.841	2.101		Outros ativos operacionais		(9.366)	1.849
Impostos, taxas e contribuições						<b>74.102</b>	<b>173.688</b>
Federais	216.449	166.060		<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
Estaduais	1.473	948		Fornecedores		11.255	(6.187)
Municipais	1.669	1.380		Outros tributos a recolher		(4.375)	(7.397)
Remuneração de capitais de terceiros				Benefícios pós-emprego		(5)	(175)
Juros	76.377	10.624		Encargos setoriais		(2.013)	(4.126)
Aluguéis	1.014	1.237		Provisões		(12)	(769)
Remuneração de capital próprio				Parcela de ajuste		11.520	5.321
Juros sobre capital próprio	50.241	80.370		Outros passivos operacionais		4.517	2.307
Dividendos	22.856					<b>20.887</b>	<b>(11.026)&lt;/</b>



NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**  
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3.6 Redução ao valor recuperável**  
A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

**Ativos financeiros de concessão**  
São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**  
A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável. A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

**3.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**  
Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

**3.7.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes**

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento ( <i>sale and leaseback</i> ).	IAS 1 / IFRS 2	Pronuncia-mento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronuncia-mento	01/01/2024
OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade	O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidencição a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.	Não há	Orientação	01/01/2024
ICPC 19 - Tributos	Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	IFRIC 21	Interpreta-ção	01/01/2024
ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (funding) Mínimo e sua Interação	Esta Interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta Interpretação, os requisitos de custeio (funding) mínimo são quaisquer requisitos para custeio (funding) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.	IFRIC 14	Interpreta-ção	01/01/2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.	Não há	Pronuncia-mento	01/03/2024
Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.	IAS 12 / IFRS 9	Pronuncia-mento	01/07/2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21 / IFRS 1	Pronuncia-mento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronuncia-mento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronuncia-mento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpreta-ção	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (ICo2e), Permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e Crédito de Descarbonização (CBI0)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (ICo2e), Permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e créditos de descarbonização (CBI0) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtítulos: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e Imposto de renda e contribuição social.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Medidas regulatórias para o setor elétrico com impactos na Companhia

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa - REN n° 1.083 de 5 de fevereiro de 2024	Em 5 de fevereiro de 2024 foi publicada REN n° 1.083 aprovando os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica. A REN n° 1.088/24 alterou o art. 2º da REN que trata de prazo de aprovação de Relatório de Avaliação da Base de Remuneração pela Superintendência de Fiscalização Econômico, Financeira e de Mercado - SFF.	Esta Resolução aprova os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de transmissão que tratam da revisão da receita das transmissoras e implementação de melhorias e reforços.
Portaria n° 2.737 de 8 de fevereiro de 2024	Em 8 de fevereiro de 2024 foi publicada a PORTARIA N° 2.737/ SNTPE/MME aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI dos projetos de reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica detalhados nos Anexos I a XIII da citada Portaria, incluindo a EDP Goiás.	A Companhia obteve o REIDI que traz benefícios tributários ao projeto.

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 18), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

			Ativo		Passivo		Resultado		
			Circulante		Não circulante	Operacionais			
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	2024	2024
Disponibilidade da rede elétrica (Nota 6)									
Uso do sistema de transmissão									
EDP Espírito Santo	Controle Comum	23/12/2019 a 17/07/2025	218	233			1.980	1.660	
EDP São Paulo	Controle Comum	23/12/2019 a 23/11/2028	318	362			2.978	2.860	
Enerpeixe	Controle Comum	01/03/2006 a 30/11/2036	23	21			259	219	
Lajeado	Controle Comum	01/11/2001 a 31/01/2033	31	28			354	298	
Investco	Controle Comum	01/11/2001 a 31/01/2033					5	4	
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	01/11/2014 a 31/12/2048	8	8			98	87	
São Manoel	Controle Comum	01/11/2017 a 30/04/2049	44	41			504	448	
Porto do Pecém (*)	Coligada	01/01/2013 a 31/07/2043		30				282	
CEJA	Controle Comum	01/04/2013 a 31/12/2044	19	12			190	137	
			661	735	-	-	-	6.368	5.995
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 13)									
Contrato de prestação de serviços (a)									
Porto do Pecém (*)	Coligada	01/06/2022 a 31/12/2024		17					234
Investco	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	85	82			1.008		970
CEJA	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	54	52			633		610
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	54	52			633		610
Enerpeixe	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	53	51			627		604
EDP Smart Serviços	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024							14
São Manoel	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	104	51			620		597
EDP Transmissão SP-MG (**)	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024		52			103		660
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	112	55			675		651
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	96	90			607		536
EDP Transmissão Norte	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	14				79		-
Mata Grande Transmissora (***)	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024		21			51		127
Elebrás	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	13	16			110		94
Cenaeel	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	3	43			18		42
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	6	7			40		40
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	6	7			40		40
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	6	7			40		40
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	6	7			40		40



NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

			Ativo		Passivo		Resultado	
							Receitas (Despesas)	
							Operacionais	
			Circulante	Não circulante	Não circulante			
	Relacionamento	Duração	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	20242024
Central Eólica Jaú	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	19	23				130133
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	5	7				3738
Central Solar Pereira Barreto I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8	10				5556
Central Solar Pereira Barreto II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	13	14				5556
Central Solar Pereira Barreto III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8	10				5556
Central Solar Pereira Barreto IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8	10				5556
Central Solar Pereira Barreto V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7	8				4748
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7				36
Central Eólica Jerusalém II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7				36
Central Eólica Jerusalém III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7				36
Central Eólica Jerusalém IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7				36
Central Eólica Jerusalém V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7				36
Central Eólica Jerusalém VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		8				41
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	13	15				8883
Central Eólica Monte Verde II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	13	15				9283
Central Eólica Monte Verde III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	11	14				8172
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	9	21				61114
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	6	8				4441
Central Eólica Monte Verde VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	9					61
Central Eólica Boqueirão I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		10				52
Central Eólica Boqueirão II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024						
Central Eólica Catanduva I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	9					19
Central Eólica Catanduva II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	9					19
Monte Verde Solar II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	12					13
Monte Verde Solar III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	12					13
Monte Verde Solar IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	16					17
Monte Verde Solar V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	16					17
Monte Verde Solar VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024						
Monte Verde Solar VII	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	16					17
Central Solar Novo Oriente I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8					21
Central Solar Novo Oriente II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	11					21
Central Solar Novo Oriente III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	11					21
Central Solar Novo Oriente IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	9					12
Central Solar Novo Oriente V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	5					30
Central Solar Novo Oriente VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	5					9
			880	818	-	-	-	6.4147.018
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)								
EDP-Energias do Brasil	Controladora indireta	01/02/2022 a 31/12/2026				34	11	(155)(157)
Compartilhamento de BackOffice (c)								
EDP-Energias do Brasil	Controladora indireta	01/02/2022 a 31/12/2028				2.679	171	(2.679)(2.167)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (d)								
EDP-Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2019 a 31/12/2027			158			(1.756)695
			-	-	158	2.713	182	(4.590)(1.629)
			1.541	1.553	158	2.713	182	8.19211.384

(\*) Em 22 de dezembro de 2023, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou 80% do capital social da companhia Porto do Pecém, e consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(\*\*) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou a companhia EDP transmissão SP-MG, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(\*\*\*) Em 07 de junho de 2024, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou a companhia Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota 34.2.

As operações realizadas com as contrapartes informadas na Nota Explicativa 9 ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) **Contratos de Prestação de serviços:** Os contratos têm por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. Os contratos possuem vigência até 31 de dezembro de 2024.

(b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação de imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionado a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigoram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitaram de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabeleceu a REN nº 948/21.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) **Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc, compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas.

O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

(d) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

9.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. e a controladora final é a EDP-Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP-Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

	Nota	Diretoria Estatutária	
		2024	2023
Remuneração (a)	9.2.1	3.654	1.349
Benefícios de curto prazo (b)		61	33
Benefícios - Previdência Privada		96	57
Remuneração baseada em ações			61
Total		3.811	1.500

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9.2.1 Remuneração

A variação na Remuneração é devido ao aumento do número de diretores que em 2023 era composto por um único diretor e em 2024 passou a ser formado por dois.

10 Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Matéria prima e insumos para produção de energia		
Outros	7.092	9.116
Material de almoxarifado	444	3.891
Resíduos e sucatas	41	41
(-) Perda estimada na realização dos estoques	(320)	(320)
Total	7.257	12.728

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O saldo de estoques refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços.

11 Cauções e Depósitos Vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2024
Depósitos judiciais		622	745	92	(5)	1.454
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	12.158	15.262	4.552	(19.143)	12.829
Outros cauções		936		6	(145)	797
Total Não circulante		13.716	16.007	4.650	(19.293)	15.080

11.1 Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

Refere-se à garantia exigida junto ao financiamento do Banco do Brasil. A Companhia tem a obrigação de manter durante todo o prazo de vigência, conta reserva com saldo mínimo de seis parcelas do serviço da dívida. O resgate no valor de R\$19.143, trata-se de um CDB que venceu no mês de maio e foi reaplicado no próprio mês.

12 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, revogada pelas instruções CVM nº122/22 e nº128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 26.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 32.4.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições (Notas 26 e 27)	Remuneração (Nota 26)	Faturamento de RAP (Nota 6)	Margem na construção (Nota 26)	Reajuste tarifário (Nota 4.2)	Outros (Nota 12.1)	Valor líquido em 31/12/2024
Ativos da concessão	1.754.506	141.043	233.716	(271.623)	26.431	49.560	2.694	1.936.327
	1.754.506	141.043	233.716	(271.623)	26.431	49.560	2.694	1.936.327
Circulante	248.487							312.221
Não circulante	1.506.019							1.624.106

Do saldo total de R\$1.936.327: (i) R\$1.677.991 refere-se ao contrato 063/2001; (ii) R\$230.245 refere-se ao contrato 004/2016; e (iii) R\$28.091 refere-se ao contrato 003/2015;

12.1 Outros

O montante de R\$2.694 refere-se à apuração de alíquota de PIS/COFINS sobre a receita de construção.

13 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		790	988		
Dispêndios a reembolsar		20	20		
Bens destinados à alienação/desativação	13.3	16.749	7.894		
Serviços em curso			90		
Serviços prestados a terceiros		115	3		
Ressarcimento de custos - CDE		1.173	984		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9	880	1.105	158	
Despesas pagas antecipadamente		930	737		27
Outros		237	814		284
Total		20.894	12.635	158	311
Outras contas a pagar - Passivo					
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos		1.218	170		
Folha de pagamento		733	805		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			489	1.289
Arrendamentos e aluguéis	13.1	923	1.034	2.713	182
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.2	7.340	7.134	1.171	2.259
Outros		34	91	1.663	225
Total		10.248	9.234	6.036	3.955

13.1 Arrendamentos e aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, desde 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Transferências	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2024
Circulante						
Edifícios	867	(916)	916		(72)	795
Equipamentos de informática	39	(83)	40	4		
Veículos	128	(99)	99			128
	1.034	(1.098)	1.055	4	(72)	923
Não circulante						
Edifícios	2.046		(916)	229	(295)	1.064
Equipamentos de informática	40		(40)			-
Veículos	173		(99)	33		107
	2.259	-	(1.055)	262	(295)	1.171
Total	3.293	(1.098)	-	262	(367)	2.094

O vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante				
2025	795	10,10	128	13,81
Total	795		128	
Não Circulante				
2026	723	10,10	107	13,81
2027	341	10,10		
Total	1.064		107	

13.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13.3 Bens destinados à alienação/ desativação

O saldo de R\$ 16.749 refere-se ao aumento da desativação de transformadores de força, para-raios, TPs, TCs e disjuntores.

14 Parcela de ajuste

O saldo total de R\$ 142.028, no Circulante e Não circulante no ativo, refere-se ao saldo remanescente da parcela de ajuste ativa homologada pela revisão tarifária periódica do ano base 2023. Nesta parcela de ajuste é considerada a receita revisada de reforços e melhorias autorizadas, a qual retroagirá à data da entrada em operação comercial da obra. Neste contexto, o mecanismo de parcela de ajuste refere-se ao incremento na RAP endereçado o período em que ativos energizados durante o intervalo 2019-2023 estiveram operantes, porém, ainda não remunerados (seja pelo tradicional intervalo de tempo entre as revisões periódicas ou pela postergação de um ano da RTP do ano base 2023).

O saldo total de R\$24.302 em 31 de dezembro de 2024 (R\$12.782 em 31 de dezembro de 2023) no Circulante e Não circulante no passivo, refere-se à estimativa da parcela de ajuste correspondente ao ciclo tarifário 2024/2025 e ao saldo remanescente da parcela de ajuste correspondente do ciclo tarifário 2023/2024. Neste contexto, o mecanismo de parcela de ajuste refere-se às diferenças entre os duodécimos da RAP constantes em resolução homologatória e os duodécimos da RAP constantes nos avisos de crédito emitidos pelo ONS: tal diferença é homologada pela ANEEL ao final de cada ciclo tarifário e endereçada nos avisos de crédito subsequentes.

15 Imobilizado

São contabilizados pelo custo



continuação

EDP Transmissão Goiás S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.2 Movimentação do Imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Transferência para ativo da concessão	Reversão	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.110		2.666	(1.486)			3.290
Máquinas e equipamentos	5.696			(686)			5.010
Veículos	31			(17)			14
Móveis e utensílios	850			(57)			793
Total do imobilizado em serviço	8.687	-	2.666	(2.246)	-	-	9.107
Ativos de direito de uso							
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.867			(728)		(367)	1.772
Equipamentos de informática	275						275
Veículos	269			(114)			155
Total Ativos de direito de uso	3.411	-	-	(842)	-	(367)	2.202
Imobilizado em curso							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-		(2.666)		2.666		-
Máquinas e equipamentos	4.197	1.140					5.337
Outros	404						404
Total do imobilizado em curso	4.601	1.140	(2.666)	-	2.666	-	5.741
Total do imobilizado	16.699	1.140	-	(3.088)	2.666	(367)	17.050

16.2.1 Ingressos

Os Ingressos referem-se, principalmente, à implantação de *software*, sendo os principais Integração dos Dados (*PI System*) e Implantação do SOC.

17 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são ajustados ao valor justo de acordo com o CPC 28 - Propriedade para investimento, com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes após a aquisição da Companhia:

O valor justo dos terrenos é determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado que consiste em determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes.

O montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$18.599 (R\$40.208 em 31 de dezembro de 2023), refere-se aos imóveis recebidos como promessa de compra e venda, com anuência da CELGPAR, de acordo com o CPC 28 - Propriedade para Investimento, de operações realizadas anteriormente a aquisição da controladora da Companhia, adicionado a alienação de parte destes terrenos ocorrida em 2024. Além disso, parte foi ajustada ao valor justo com base no referido CPC, pois foram considerados inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., e repassados à EDP Goiás, conforme acordo de cisão ocorrido. Segue a movimentação do exercício:

	Saldos em 31/12/2023	Baixas (Nota17.1)	Outros	Saldos em 31/12/2024
Terrenos	40.208	(16.853)	(4.756)	18.599
	40.208	(16.853)	(4.756)	18.599

17.1 Baixas

Referem-se à venda de lotes localizados no Estado de Goiás.

16 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

16.1 Composição do Intangível

	31/12/2024				31/12/2023			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
<i>Software</i>	20,00	2.931	(1.307)	1.624	20,00	2.316	(942)	1.374
Total do Intangível em serviço		2.931	(1.307)	1.624		2.316	(942)	1.374
Intangível em curso								
<i>Software</i>		7.347		7.347		6.828		6.828
Total do Intangível em curso		7.347	-	7.347		6.828	-	6.828
Total do Intangível		10.278	(1.307)	8.971		9.144	(942)	8.202

16.2 Movimentação do Intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em serviço						
<i>Software</i>		1.374		614	(364)	1.624
Total do Intangível em serviço		1.374	-	614	(364)	1.624
Intangível em curso						
Outros Intangíveis em curso	16.2.1	6.828	1.133	(614)	-	7.347
Total do intangível em curso		6.828	1.133	(614)	-	7.347
Total Intangível		8.202	1.133	-	(364)	8.971

20 Debêntures

20.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2024				31/12/2023			
										Encargos	Principal	Não Circulante	Total	Encargos	Principal	Não Circulante	Total
<b>Moeda Nacional</b>																	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	366.666	1	366.666	1ª emissão série 1 em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2028	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,20% a.a. juros semestral	Principal e Corporativa da EDP - Energias do Brasil	924	52.381	314.285	367.590	178	73.335	293.331	366.844
(-) Custos de emissão						22/12/2023 a 22/12/2028			Amortização mensal			(694)	(1.039)	(1.733)		(1.121)	(2.500)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	183.334	1	183.334	1ª emissão série 2 em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2030	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,40% a.a. juros semestral	Principal e Corporativa da EDP - Energias do Brasil	468	16.667	166.667	183.802	90	26.190	157.144	183.424
(-) Custos de emissão						22/12/2023 a 22/12/2030			Amortização mensal			(270)	(677)	(947)			-
<b>Total geral</b>										<b>1.392</b>	<b>68.084</b>	<b>479.236</b>	<b>548.712</b>	<b>268</b>	<b>98.404</b>	<b>447.975</b>	<b>546.647</b>

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeiro na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$551.392(R\$550.268 em 31 de dezembro de 2023).

20.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Circulante</b>						
Debêntures						
Principal	99.525			(30.477)		69.048
Juros	268	(64.419)	65.543			1.392
Custo de transação	(1.121)			(784)	941	(964)
	<b>98.672</b>	<b>(64.419)</b>	<b>65.543</b>	<b>(31.261)</b>	<b>941</b>	<b>69.476</b>
<b>Não circulante</b>						
Debêntures						
Principal	450.475			30.477		480.952
Custo de transação	(2.500)			784		(1.716)
	<b>447.975</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31.261</b>	<b>-</b>	<b>479.236</b>

20.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento					
<b>Circulante</b>						
2025						69.476
						<b>69.476</b>
<b>Não circulante</b>						
2026						137.318
2027						137.564
2028						137.811
2029						33.247
2030						33.296
						<b>479.236</b>
<b>Total</b>						<b>548.712</b>

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

\* Específicas para a 1ª emissão:

(i) enquanto a Fiança estiver em vigor, não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA indicado abaixo ("Índice Financeiro"), a ser apurado pela Garantidora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

21.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Os empréstimos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

	Encargos	31/12/2024			Total	Encargos	31/12/2023			Total						
		Principal	Não Circulante	Total			Principal	Não Circulante	Total							
CCB BRASIL - 511600554	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	197	4.853	23.458	28.508	304	5.664	27.386	33.354
(-) Custo de transação	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação			(46)	(223)	(269)		(48)	(271)	(319)
CCB BRASIL - 511600555	9.132	26/09/2018	7.414	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	26	411	1.987	2.424	18	411	2.398	2.827
(-) Custo de transação	(125)	26/09/2018	(125)	28/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação			(7)	(34)	(41)		(7)	(41)	(48)
CCB BRASIL - 511600556	6.260	26/09/2018	4.521	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	39	674	3.257	3.970	30	674	3.931	4.635
(-) Custo de transação	(85)	26/09/2018	(85)	28/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação			(10)	(50)	(60)		(10)	(61)	(71)
CCB BRASIL - 511600557	8.309	26/09/2018	7.923	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	38	720	3.481	4.239	28	720	4.202	4.950
(-) Custo de transação	(113)	26/09/2018	(113)	28/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação			(9)	(46)	(55)		(9)	(55)	(64)
CCB BRASIL - 511600561	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Credit								



NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
	Valor líquido em 31/12/2023	Paga-mentos	Juros provisio-nados	Transfe-rência	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	11.553	(10.743)		9.769		173	10.752
Juros	562	(5.845)	5.826				543
Custo de transação	(125)			(126)	126		(125)
	<b>11.990</b>	<b>(16.588)</b>	<b>5.826</b>	<b>9.643</b>	<b>126</b>	<b>173</b>	<b>11.170</b>
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	63.715			(9.769)			53.946
Custo de transação	(764)			126			(638)
	<b>62.951</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9.643)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>53.308</b>
<b>21.3 Vencimento das parcelas</b>							
	<b>Vencimento</b>						<b>Total</b>
<b>Circulante</b>							
2025							11.170
							<b>11.170</b>
<b>Não circulante</b>							
2026							10.627
2027							10.627
2028							10.627
2029							10.627
2030 até 2034							10.800
							<b>53.308</b>
<b>Total</b>							<b>64.478</b>

**22 Benefícios pós-emprego**

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou auditores independentes para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado, sendo as últimas efetuadas para a data-base de 31 de dezembro de 2024.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A Companhia, através da Fundação CELG de Seguros e Previdência (ELETRA), oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de CD, durante o período de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento. A referida controlada tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade durante a fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controlada assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados. Para o exercício findo em 31 de dezembro, o Valor Presente das Obrigações (VPO) dos planos é zero, uma vez que, o superávit atuarial está integralmente destinado a cobrir as garantias e revisões dos benefícios, não configurando um benefício econômico futuro para a patrocinadora dos planos.

	Circulante 31/12/2023	Não circulante 31/12/2023
Contribuição definida	20	207
	<b>20</b>	<b>207</b>

**22.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão**

São administrados pela Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

**22.1.1 Planos de Benefício definido**

• Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A Companhia tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da Companhia na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. Os planos da Companhia possuem as seguintes características:

(i) CelgPrev - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo misto: uma parte do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que nada mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que você faz. O benefício que você pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos. A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do CelgPrev.

(ii) Eletra 01 - Grupo de Custeio BD: Neste conjunto de benefícios, temos 7 (sete) espécies de suplementações, sendo 6 (seis) de aposentadorias, 1 (uma) de pensão, 1 (uma) de auxílio-doença.

A Fundação oferece aos aposentados e pensionistas o abono anual, que é uma 13ª parcela, paga em dezembro, sendo prevista a proporcionalidade nos casos em que o benefício iniciou no decorrer do exercício. Os benefícios da Eletra do plano BD são reajustados no mês de maio, pela variação do INPC acumulado no período anterior, recebendo, os benefícios iniciados após o mês de maio do ano anterior, reajustes proporcionais de acordo com a sua data de início do benefício.

**22.1.1.1 Avaliação atuarial**

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência. As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2024 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário.

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(13.964)	13.774	(37)	(227)
Custo do serviço corrente	(7)			(7)
Custo dos juros	(970)	957		(13)
Ganhos/(perdas) atuariais	(219)	2.025	(1.564)	242
Contribuições pagas pela Companhia	5			5
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<b>(15.155)</b>	<b>16.756</b>	<b>(1.601)</b>	<b>-</b>

As contribuições da Companhia pagas neste plano para o exercício de 2024 é de R\$5.

O saldo de ganho atuarial em 31 de dezembro de 2024, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$242 (R\$78 em 31 de dezembro de 2023).

**22.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício**

Os vencimentos do plano de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

	CELGPREV	ELETRA 01
<b>Vencimento</b>		
<b>Circulante</b>		
2025	911	120
	<b>911</b>	<b>120</b>
<b>Não circulante</b>		
2026	959	126
2027	1.008	132
2028	1.058	138
2029	1.108	143
2030 a 2034	6.259	798
	<b>10.392</b>	<b>1.337</b>
<b>Total</b>	<b>11.303</b>	<b>1.457</b>

**22.1.1.4 Despesas líquidas**

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2024	2023
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		7	(12)
Custo dos juros	29	13	43
		<b>20</b>	<b>31</b>
<b>Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado</b>			
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		(2.025)	(960)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		580	763
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		(361)	87
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido		1.564	37
		<b>(242)</b>	<b>(73)</b>
<b>Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>		<b>(222)</b>	<b>(42)</b>

22.1.1.5 Participantes				
Estes planos têm a seguinte composição de participantes:				
	2024		2023	
	<u>CELGPREV</u>	<u>ELETRA 01</u>	<u>CELGPREV</u>	<u>ELETRA 01</u>
Participantes ativos		23		29
Participantes assistidos				
Aposentados e pensionistas	1	14	14	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>37</b>	<b>43</b>	<b>1</b>

**22.1.1.6 Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Obrigações dos planos	
	2024	
<b>Análise de sensibilidade</b>	CELGPREV	ELETRA 01
<b>Pressupostos centrais</b>	11	1
<b>Taxa de desconto</b>		
Aumento em 0,5%	11	1
Redução em 0,5%	12	1
<b>Mortalidade</b>		
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	11	1

<b>Mortalidade</b>				
Aumento em 0,5%				
Redução em 0,5%				
<b>22.1.1.7 Premissas</b>				
As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:				
<b>Econômicas</b>	<b>CELGPREV</b>	<b>ELETRA 01</b>	<b>CELGPREV</b>	<b>ELETRA 01</b>
Taxa de desconto - nominal	11,07% a.a.	11,07 a.a%	9,50% a.a.	9,39% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,87% a.a.	n/a	4,87% a.a.	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.

**22.1.2 Contribuição definida**

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários. Os benefícios do plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão; e
- Suplementação do abono anual.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R\$797 (R\$665 em 2023). Em 31 de dezembro de 2024 este plano tem a adesão de 38 colaboradores (44 em 31 de dezembro de 2023).

	Nota	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualizações monetárias	Pagamentos	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2024
Conta de desenvolvimento energético - CDE	23.1	1.804	15.755		(16.751)		808
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	23.2	3.496	5.208	305	(4.800)	(1.254)	2.955
Outros encargos		104	1.436		(1.403)		137
<b>Total</b>		<b>5.404</b>	<b>22.399</b>	<b>305</b>	<b>(22.954)</b>	<b>(1.254)</b>	<b>3.900</b>
Circulante		3.131					2.881
Não circulante		2.273					1.019

**23.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE**

A CDE é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento a programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os montantes referem-se aos valores repassados à referida Conta, anuídos pela ANEEL.

**23.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D**

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

	Nota	Circulante		Não Circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	24.1	4.351	3.920	10.766	7.170
Licenças ambientais	24.2	2.372	1.716	970	1.318
<b>Total</b>		<b>6.723</b>	<b>5.636</b>	<b>11.736</b>	<b>8.488</b>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**24.1 Provisões trabalhistas, fiscais e regulatórias**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

**24.1.1 Risco de perda provável**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo	
	Nota	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	24.1.1.1	6.707	1.490	(283)	1.770	964
Cíveis		459	511		108	1.078
Regulatórias	24.1.1.2	3.920			431	4.351
Outros		4			4	
		<b>11.090</b>	<b>2.001</b>	<b>(283)</b>	<b>2.309</b>	<b>15.117</b>
Circulante		3.920			4.351	
Não circulante		7.170			10.766	990

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$2.499 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.170 em 31 de dezembro de 2023).

**24.1.1.1 Trabalhistas**

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

**24.1.1.2 Regulatórias**

Referem-se aos autos de infração aplicados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE/ANEEL).

**24.1.2 Risco de perda provável**

Existem processos de natureza cível, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Ativo	
				Depósito Judicial	
Trabalhistas	24.1.2.1	13.379	14.442	326	28
Cíveis	24.1.2.2	10.468	8.574		
Fiscais	24.1.2.3	825	777		
<b>Total</b>		<b>24.672</b>	<b>23.793</b>	<b>326</b>	<b>28</b>

O valor referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$4.536 em 31 de dezembro de 2024 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

**24.1.2.1 Trabalhistas**

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial. Durante o exercício de 2024 houve ingressos de novos processos que totalizam o montante de R\$13.379.

**24.1.2.2 Cíveis**

- Processo nº 5529020-74.2021.8.09.0051 em trâmite na 16ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, movido pela Embrace Participações LTDA., por suposto desequilíbrio econômico, considerando a existência de solo diverso no local da obra, divergindo do apresentado pela Companhia. Afirma que a previsão original de escavação de 1.158,28 m³ se manteve, mas foi realizada em solo de 3ª categoria, tendo recebido pela escavação em solo de 2ª categoria, razão pela qual pleiteia a diferença de preço. Além disso, a Embrace também pleiteia o acréscimo de 16 meses, entendendo como devido o valor de mensal de R\$61. Tal pedido foi fundamentado, na interpretação da demandante, tendo como relação a permanência da equipe no local da obra, quanto ao período da mobilização da equipe no canteiro de obra. Atualmente o processo encontra-se aguardando designação de perícia. O valor estimado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$5.935 (R\$4.896 em 31 de dezembro de 2023).
- Processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada em 31 de dezembro de 2024 é de R\$2.821 (R\$3.157 em 31 de dezembro de 2023).

**24.1.2.3 Fiscais**

Processos administrativos federais, os quais tratam de créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (2015, 2016 e 2017) não homologados e multa isolada. Em 31 de dezembro de 2024 é de R\$825 (R\$777 em 31 de dezembro de 2023). As cobranças de multa isolada vinculadas às referidas compensações não homologadas tiveram o prognóstico alterado em razão do entendimento favorável, em repercussão geral, proferido pelo Supremo Tribunal Federal. A Companhia apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

**24.1.3 Risco de perda remota**

Existem também processos de natureza fiscais e trabalhistas em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 é de R\$138 (R\$98 em 31 de dezembro de 2023).

**24.2 Licenças Ambientais**

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,91% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentos da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2024
<b>Licenças ambientais</b>						
Circulante	1.716	(12)	110	557	1	2.372
Não circulante	1.318		77	(557)	132	970
<b>Total</b>	<b>3.034</b>	<b>(12)</b>	<b>187</b>	<b>-</b>	<b>133</b>	<b>3.342</b>

**25 Patrimônio líquido**

**25.1 Capital social**

O Capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$520.750 (R\$328.750 em 31 de dezembro de 2023) totalmente subscrito e integralizado, representado por 16.486 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 30 de dezembro de 2024, deliberou o aumento de capital social de R\$328.750 para R\$520.750, sem a emissão de novas ações, sendo este aumento no valor de R\$192.000 (Nota 4.3)

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. A composição do Capital social está demonstrada a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Qtde. de ações	Percentual de participação	Qtde. de ações	Percentual de participação
Santa Leopoldina	16.486	100,00%	16.486	100,0000%
<b>Total</b>	<b>16.486</b>	<b>100,00%</b>	<b>16.486</b>	<b>100,00%</b>

**25.2 Destinação do lucro**

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro a ser destinado</b>			
Lucro líquido apurado no exercício		276.045	228.492
Constituição da reserva legal - 5%	25.3	(13.803)	(11.425)
		<b>262.242</b>	<b>217.067</b>
<b>Destinação do lucro</b>			
Dividendos intermediários - JSCP	19	50.241	80.370
Dividendos complementares	19	22.857	
Lucro do exercício a deliberar	25.3	189.144	136.697
		<b>262.242</b>	<b>217.067</b>



NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2024	2023
12 e 26.1	161.355	265.414	
Atualização dos Ativos da concessão	12	233.716	211.299
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	26.2	298.970	121.831
Arrendamentos e aluguéis		656	
Parcela Variável	14	77.355	20.390
Outras receitas operacionais		6.632	8.346
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>778.684</b>	<b>627.280</b>
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
PIS/COFINS	(70.281)	(58.036)	
ISS	(341)	(546)	
	<b>(70.622)</b>	<b>(58.582)</b>	
Encargos do consumidor			
P&D	(5.208)	(2.503)	
CDE	(15.755)	(18.134)	
PROINFA - Consumidores Livres	(3.935)	(5.027)	
Outros encargos	(1.436)	(1.112)	
	<b>(26.334)</b>	<b>(26.776)</b>	
	<b>681.728</b>	<b>541.922</b>	

**26.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão**  
A redução no exercício deve-se, principalmente aos ganhos em 2023 com receita incremental por obras de ampliação (homologados pelas resoluções autorizativas n°s 11.645 e 8.614) e ao investimento ocorrido em 2023 para obra de ampliação na subestação Xavantes, os mesmo ganhos não aconteceram em 2024 gerando uma variação relevante entre os exercícios.  
**26.2 Receita de Operação e Manutenção (O&M)**  
O aumento no exercício deve-se, principalmente, à receita em 2024 com obtenção de parcela de ajuste ativa por meio da revisão tarifária periódica (que, através de incremento na RAP, endereça tempo em que ativos energizados durante o intervalo 2019-2023 estiveram operantes, porém, ainda não remunerados, seja pelo tradicional intervalo de tempo entre as revisões periódicas ou pela postergação de um ano da RTP do ano base 2023).

27 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação  
27.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2024	2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	27.1.2	640	
Máquinas e equipamentos	27.1.1	139.079	175.134
Móveis e utensílios		18	356
Adiantamento a fornecedores			85
Outros		1.306	
	<b>12</b>	<b>141.043</b>	<b>175.575</b>

**27.1.1 Máquinas e equipamentos**  
A variação refere-se aos custos associados à modernização e atualização de subestações das linhas de transmissão, principalmente nas linhas de Xavantes, Goiânia Leste e Cachoeira Dourada.  
**27.1.2 Edificações, obras civis e benfeitorias**  
A variação refere-se à aquisição de torres e melhorias na subestação de Goiânia Leste.  
**27.2 Custo de operação**

	Nota	2024	2023
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	28.1	40.591	38.358
Material		2.120	1.945
Serviços de terceiros	28.2	23.557	9.632
Depreciação - Imobilizado em serviço		2.246	644
Depreciação - Ativos de direito de uso			424
Amortização		364	(1.207)
Arrendamentos e aluguéis			(56)
Outras			(271)
<b>Total</b>		<b>68.878</b>	<b>49.469</b>

28 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.  
Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.  
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.  
Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Despesas operacionais							
	2024				2023			
	Nota	Gerais e Administrativas	Outras	Total	Com vendas	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	28.1	156		156		3.002		3.002
Material		1		1		434		434
Serviços de terceiros	28.2	2.139		2.139		12.566		12.566
Depreciação - Ativos de direito de uso		842		842				-
PECLD / perdas líquidas				-	148			148
Provisões			1.207	1.207			1.151	1.151
Arrendamentos e aluguéis		1.014		1.014		1.228		1.228
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens			4.777	4.777		(1.291)	(1.291)	
Outras		1.397	3.500	4.897		4.697		4.697
<b>Total</b>		<b>5.549</b>	<b>9.484</b>	<b>15.033</b>	<b>148</b>	<b>21.927</b>	<b>(140)</b>	<b>21.935</b>
<b>28.1 Pessoal</b>								
Pessoal								
Remuneração						19.650		22.114
Encargos						6.949		7.145
Previdência privada - Corrente						816		702
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial						7		(12)
Programa de demissão voluntária						1		
Despesas rescisórias						1.975		1.093
Participação nos Lucros e Resultados - PLR						3.160		3.114
Outros benefícios - Corrente						4.941		4.389
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial						1		3
(-) Créditos de tributos recuperáveis						(347)		(494)
Outros						364		370
						<b>37.517</b>		<b>38.424</b>
Administradores								
Honorários e encargos						2.817		1.710
Benefícios dos administradores						413		1.226
						<b>3.230</b>		<b>2.936</b>
						<b>40.747</b>		<b>41.360</b>
<b>28.2 Serviços de terceiros</b>								
Serviços de consultoria								
Serviços de manutenção						1.589		2.192
Serviços de limpeza e vigilância						8.699		5.267
Serviços ambientais						4.711		4.733
Serviços de informática						1.120		1.776
Serviços de gestão de pessoas e mão de obra própria						2.232		2.182
Serviços Compartilhados						334		98
Outros						2.480		2.103
						4.531		3.847
						<b>25.696</b>		<b>22.198</b>

29 Resultado Financeiro

	Nota	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>			
Renda de aplicações financeiras	5	13.652	21.324
Depósitos judiciais	11	92	58
Juros e multa sobre tributos	8	142	167
Outros juros e variações monetárias			34
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(676)		(1.017)
Outras receitas financeiras	21		111
	<b>13.231</b>	<b>20.677</b>	
<b>Despesas financeiras</b>			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	21.2	(6.125)	(7.007)
Debêntures		(66.484)	(365)
Juros e multa sobre tributos	7	(3)	(6)
Provisões	24.1.1	(2.309)	(1.831)
Benefícios pós-emprego	22.1.1.4	(13)	(43)
Arrendamentos e aluguéis	13.1	(266)	(206)
Outros juros e variações monetárias		(320)	(410)
Outras despesas financeiras		(857)	(756)
	<b>(76.377)</b>	<b>(10.624)</b>	
	<b>(63.146)</b>	<b>10.053</b>	

30 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.  
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	393.628	304.996
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<b>(133.834)</b>	<b>(103.699)</b>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(733)	(66)
Juros sobre o capital próprio	17.082	27.326
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	32	
Outras	(130)	(65)
Despesa de IRPJ e CSLL	<b>(117.583)</b>	<b>(76.504)</b>
Alíquota efetiva	29,87%	25,08%

31 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.  
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2024	2023
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	276.045	228.492
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	16,486	16,486
Resultado básico e diluído por ações (realização)	<b>16,74393</b>	<b>13,85953</b>

32 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.  
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.  
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.  
**32.1 Instrumentos financeiros**  
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.  
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da

obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

32.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	56.380	554.637	56.380	554.637
			<b>56.380</b>	<b>554.637</b>	<b>56.380</b>	<b>554.637</b>
<b>Custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento		Nível 2	18.370	85.800	18.370	85.800
Consumidores e concessionárias	6	Nível 2	54.261	38.636	54.261	38.636
Cauções		Nível 2	13.626	13.094	13.626	13.094
Outros créditos - Partes relacionadas	13	Nível 2	1.038	1.105	1.038	1.105
			<b>87.295</b>	<b>138.635</b>	<b>87.295</b>	<b>138.635</b>
<b>Total</b>			<b>143.675</b>	<b>693.272</b>	<b>143.675</b>	<b>693.272</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores	18	Nível 2	30.681	19.426	30.681	19.426
Debêntures	20	Nível 2	619.271	545.129	548.712	546.647
Empréstimos e financiamentos	21					
Moeda nacional		Nível 2	64.430	74.930	64.478	74.947
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13	Nível 2	2.713	182	2.713	182
Arrendamentos e aluguéis	13.1	Nível 2	1.994	3.269	2.094	3.293
Licenças ambientais	24.2	Nível 2	3.343	3.017	3.342	3.034
			<b>722.432</b>	<b>645.953</b>	<b>652.020</b>	<b>647.523</b>

32.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.  
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

32.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

32.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Arrendamento e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;  
(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e  
(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

32.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;  
(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e  
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.  
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuentes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

32.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão de Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e





# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 31 Março 2025, 08:02:51

**Documento:** BALANÇO EPD - DIGITAL - 31-03 (1).Pdf

**Número:** 4da5e893-c9f8-47f8-a3fd-931b42044fcf

**Data da criação:** 31 Março 2025, 08:02:33

**Hash do documento original (SHA256):** b3c789073be3b5a42d82333a6f361bccb229837b1f88458a945f36a26c099c53



## Assinaturas

**FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR**

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#) .

## INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 4da5e893-c9f8-47f8-a3fd-931b42044fcf, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)

ZapSign 4da5e893-c9f8-47f8-a3fd-931b42044fcf. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.